

Sandra Bull, Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/ Brasil, bolsista da CAPES – Proc. 99999.004935/2014-04 .
sanbpsico@hotmail.com

Márcia Hespanhol Bernardo, Docente do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/Brasil.
marciahespanhol@hotmail.com

Mesa 36: "Afinal, a que epistemologia responde a psicologia social do trabalho?" As (im) possibilidades da etnografia quanto aos fenômenos do trabalho.

Introdução

O presente trabalho foi suscitado por reflexões surgidas durante a construção dos dados de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, mas especialmente por meio de uma série de discussões, debates e questionamentos travados ao longo de um Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE- CAPES), realizado junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS- UL), entre os meses de setembro de 2014 e junho de 2015.

A pesquisa de doutorado em andamento objetiva estudar a história de vida de trabalhadores que se dediquem a um só tempo a atividades laborais socialmente desqualificadas, precarizadas, como forma de sobrevivência, e também atuem como trabalhadores em manifestações da cultura popular brasileira.

O PDSE foi realizado junto ao Programa de Doutorado em Antropologia do ICS- UL e objetivou ampliar e aprofundar o estudo acerca da etnografia e do estudo das histórias de vida, metodologias caras aos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisas “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”, abarcados pelo projeto “O trabalho no contexto atual e suas consequências para a

vida e a saúde dos trabalhadores”, Centro de Ciências da Vida (CCV-PUC- Campinas), projeto na qual a tese em andamento aqui em questão se situa no Brasil.

Ao longo da estadia junto ao ICS a doutoranda participou de disciplinas e seminários de investigação científica e pôde acompanhar a surpresa dos demais pesquisadores participantes diante de suas colocações durante os debates sobre as metodologias em questão. Os demais participantes, com formação em antropologia, em sua maioria, acostumados aos estudos de psicologia social desenvolvidos na Europa, pautados tradicionalmente em matrizes epistemológicas ligadas à psicologia social norte americana, demonstravam surpresa e curiosidade com a aproximação entre psicologia social e as diversas áreas das ciências sociais realizada pela psicologia social latinoamericana e, mais especificamente, brasileira.

A partir de tais trocas de saberes surgiram inúmeros questionamentos interessantes, dentre os quais é possível destacar a frase que dá título à presente comunicação: "Afinal, a que epistemologia responde a psicologia social do trabalho?". Tal questionamento surgiu após a apresentação do projeto de tese em andamento e decorreu especialmente da constatação do uso de autores das diversas áreas que compõe as ciências sociais para pensar o objeto de estudos, o que levou a uma interessante discussão epistemológica sobre as (im)possibilidades de aproximação dessas áreas e como salvaguardar as especificidades de cada uma delas. Pode-se acrescentar aí outro questionamento, de tais discussões também derivado, como e por que a psicologia social do trabalho se apropria da etnografia como metodologia e que recursos ela possibilita aos fenômenos do trabalho?

Outro interessante fruto de tais trocas foi o questionamento sobre como lidar com a possibilidade de viés ideológico em tais pesquisas, como garantir a fidedignidade científica nos estudos realizados pela psicologia social brasileira, estudos que foram chamados por tal grupo de discussão de “politicamente engajados”, devida à aproximação com o debate então em pauta, sobre a chamada antropologia engajada, e todas as críticas e defesas por ela suscitadas.

Tais questionamentos motivaram diversas reflexões, que

acompanharam a doutoranda por dias, levando-a a retomar as bases de sua formação, ler e reler textos, agora com olhar de curiosidade e questionamento, buscando retomar, histórica e epistemologicamente as aproximações entre ciências sociais e a psicologia social brasileira.

Foi então desenvolvido, por meio de revisão bibliográfica, o presente texto que busca não dar respostas, mas talvez tão somente ampliar os questionamentos suscitados, objetiva refletir sobre a apropriação do método etnográfico pela psicologia social do trabalho, as potencialidades e limitações de tal apropriação e as implicações éticas e epistemológicas de tal feito.

Buscando origens

Intentando problematizar questões, para as autoras antes tão claras e corriqueiras, ou seja, desnaturalizá-las, partiu-se de uma breve retomada histórica, realizada a partir de consulta a textos e autores clássicos da psicologia social brasileira.

Assim, é sabido que a psicologia brasileira foi, durante muito tempo, uma transposição acrítica e a-histórica da psicologia norte americana. Tal estado de coisas começou a mudar especialmente a partir da mobilização de psicólogos durante a ditadura militar brasileira, tais profissionais viam a necessidade da psicologia partir das demandas sociais e a ela oferecer respostas, mais do que isso, começaram a questionar se a transposição acrítica da metodologia e epistemologia norte americana não constituía, sob a égide de uma suposta neutralidade científica, uma forma de dominação político econômica com vistas à manutenção do *status quo*. (Bernardes, 2000 e Bock, 2004)

Nas palavras de Bernardes (2000), a mera transposição de práticas psicológicas norte americanas à América Latina, ao final dos anos 70, levou a uma verdadeira crise de paradigma, à chamada “crise da Psicologia social”:

No Brasil e na América Latina, a crise começa a tomar corpo nos Congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia, principalmente em Miami- EUA (1976). (...) A palavra de ordem era a transformação social. Nos anos 60 surge a Associação Latino-americana de Psicologia Social (ALAPSO). Vários psicólogos sociais experimentais como, por exemplo, Aroldo Rodrigues e J. Varela levam a ALAPSO ao extremo da Psicologia Social norte americana. Em toda a América Latina começa um movimento de rechaço à ALAPSO e várias associações começam a surgir identificadas com uma nova proposta de Psicologia Social. Como exemplo, na Venezuela surge a Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) e no Brasil a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). (pp. 30-31)

Assim, a psicologia social brasileira é uma área de conhecimento que estruturou-se historicamente a partir do questionamento da realidade e pelo compromisso em mudá-la e foi na busca por mudá-la que voltou-se a epistemologias que pudessem embasar e congregar tais características, mais do que isso, estruturou-se historicamente por uma oposição a um regime de governo, a saber a ditadura no Brasil.

Bernardes (2000) ainda aponta como o grande marco teórico do rompimento da psicologia social brasileira com a psicologia social norte americana a publicação do livro “Psicologia Social: o homem em movimento” de Sílvia T.M. Lane e Wanderley Codo, no ano de 1984. O texto, de base clara e declaradamente marxista, busca sistematizar e propor esse novo olhar, demonstrando as bases teóricas em que ele busca assentar-se. Nesta obra, Lane (1984) situa a psicologia social no espaço “entre” o social e o subjetivo, assim devendo lançar mão de um aporte teórico que possa considerar tais dimensões de maneira dialética e não distintas, antagônicas.

Buscando ainda dar respostas às necessidades nacionais, outro direcionamento tomado pelos psicólogos e pesquisadores sociais brasileiros foi alinhar-se ao que Farr (2001) chama de “psicologia social sociológica”, vertente em que podemos destacar os estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago, pioneira no desenvolvimento de estudos por meio da etnografia.

Uma vez minimamente introduzidas as bases de surgimento e consolidação da psicologia social no Brasil, pode-se voltar à psicologia social do trabalho. Área que se desenvolveu no Brasil no mesmo período e par e passo com todos os questionamentos até aqui tratados.

Várias vertentes da(s) psicologia(s) brasileira constituíram-se apenas como uma grande transposição das concepções norte americanas até os anos 60 e 70. Bock (2004), destaca tal estado de coisas especialmente quanto aos trabalhos e projetos que se dedicaram à saúde mental, à escola e ao trabalho durante tais períodos.

De acordo com Sato e Bernardo (2005), nos Estados Unidos, desde 1920 tinha-se um panorama em que:

(...) documentam-se atividades englobadas sob o título de Saúde Mental Ocupacional (Shartle, 1950) que, como prática, privilegiava a oferta de assistência psicoterápica aos trabalhadores sendo o trabalho, suas condições e sua organização, tomados apenas como pano de fundo dos problemas que demandavam essa assistência. Cálculos de custo-benefício eram fortes argumentos para a oferta de psicoterapia. (p.869)

Já na década de 40, no Brasil as chamadas “ciências do comportamento” dedicavam-se aos fenômenos do trabalho especialmente por meio da seleção e adaptação dos trabalhadores às vagas (psicotécnica) e pelo oferecimento de cuidado em saúde mental, “que se dava através da análise de operários que apresentavam possíveis “transtornos mentais”, causadores ou resultantes de acidentes que comprometiam a existência do indivíduo e dos companheiros de labuta” (Sato e Bernardo, 2005, p.869).

A partir das afirmações das autoras, pode-se dizer que até então a psicologia aplicada ao mundo do trabalho, na esteira do modelo taylorista fordista, prestava-se a moldar o trabalhador às exigências do trabalho, adequando-o às necessidades do empregador e extraindo dele o máximo de rendimento ao menor preço possível e os cuidados. Ou ainda, buscava tratá-lo partindo de modelos teóricos que buscavam explicações apenas no intrapsíquico e terminava por responsabilizar o próprio trabalhador por seu adoecimento, sendo a

relação capital-trabalho e as condições objetivas e estruturais consideradas em segundo plano.

Como dito, desde a década de 70 surgiram grandes questionamentos na psicologia, no mundo do trabalho não foi diferente. Cabe aqui lembrar que assim como são muitas as psicologias, em sua diversidade de abordagens, epistemologias e pressupostos, são muitas e diversas as abordagens e referências teórico metodológica congregadas sob a denominação Saúde Mental e Trabalho, dentre elas situa-se a psicologia social do trabalho. Tais correntes teóricas situaram-se na história da saúde Mental e Trabalho exatamente nesse momento de questionamento do que havia até então e buscaram dar respostas teórico práticas aos fenômenos do mundo do trabalho:

Sob a designação Saúde Mental e Trabalho, temos, desde o início da década de 1980, no Brasil, diversos estudos, pesquisas e atividades de intervenção a partir dos serviços públicos de saúde e das entidades sindicais, conformando o que se poderia denominar de uma subárea do campo da Saúde do Trabalhador. (Sato e Bernardo, 2005, p.869)

De maneira geral, podemos dizer que tais diferentes correntes possuem em comum tomar “(...) as relações de trabalho e sua historicidade como matriz de leitura, conforme a formulação da Saúde Coletiva descrita por Lacaz (1996; 1997) e Minayo-Gomez & Thedim-Costa (1997)”. (Sato e Bernardo, 2005, p.870)

Jacques (2003, p.110) afirma que:

Um ponto comum entre esses estudos e pesquisas é a escolha do trabalho como eixo norteador para além do seu caráter técnico e econômico, cujo significado perpassa a estrutura sócio-econômica, a cultura, os valores e a subjetividade dos trabalhadores. Os pressupostos marxistas sustentam a concepção sobre a determinação histórica dos processos de saúde/doença e seus vínculos com as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

Vale ressaltar que o Brasil encontrava-se no início dos anos 80

em um período de profunda transformação política, iniciava-se o processo de abertura política, com ampla participação e pressão de movimentos sociais. Tal participação e pressão culminou com o trabalho sendo definido como um direito social de todo brasileiro na Constituição Federal de 1988.

A etnografia

Após esta brevíssima retomada histórica passamos a pensar o uso da etnografia no estudo dos fenômenos do trabalho no Brasil, suas possibilidades e porque a afirmamos como uma metodologia privilegiada para o estudo dos fenômenos sociais relacionados ao trabalho.

Não será aqui realizada nova retomada histórica acerca dos primeiros e/ou principais trabalhos etnográficos dedicados aos fenômenos do trabalho no Brasil¹, pois tal coisa, além de massante, tomaria espaço precioso necessário a outras considerações que aqui se pretende fazer. Aliás, a primeira e brevíssima retomada histórica, reconhecida e notadamente curta e falha, visou apenas elencar e pincelar elementos necessários às considerações que aqui se pretende, não intentando esgotar ao aprofundar o tema, motivo de inúmeros outros trabalhos mais bem aprofundados. O que se pretendeu foi fazer uma breve introdução que servirá de base a considerações futuras.

Assim, a etnografia, metodologia de investigação que tradicionalmente alicerça os estudos em antropologia, passou a ser adaptada e apropriada por outras áreas de conhecimento quando deixou de ser usada não somente para o estudo de populações distantes e/ou rurais mas passou a ser reconhecida como importante ferramenta metodológica para o estudo de populações e fenômenos urbanos.

¹ Caso haja interesse, sugerimos que sejam lidos os trabalhos de Leny Sato acerca do tema, pesquisadora referência no uso da etnografia para o estudo dos fenômenos do trabalho no Brasil.

É uma metodologia de pesquisa participante que parte da necessidade de grande imersão e permanência em campo. Sobre a etnografia afirma Pina-Cabral (2003):

O principal legado que a antropologia contemporânea recebeu de suas origens no estudo de povos exóticos e distantes, foi uma metodologia de estudo (a que chamamos “etnografia”) que põe a ênfase sobre o contato directo e a comunicação interpessoal entre o investigador e os povos estudados. Desde os meados do século passado, porém, os antropólogos perceberam que a metodologia que tinham desenvolvido seria tão útil para compreender as sociedades urbanas modernas como tinha sido inevitável para estudar os povos exóticos e rurais. (p.15)

Outro grande e importante pressuposto da etnografia é a indissociabilidade entre procedimentos, método, teoria e análise, levando a uma concepção dialética de tais etapas.

A apropriação da etnografia pela psicologia social brasileira deu-se por meio da aproximação com os pressupostos da chamada psicologia social sociológica e especialmente a partir do estudo e adoção das proposições de Clifford Geertz (1989) e de suas considerações acerca do papel da interpretação e da subjetividade no estabelecimento e estudo dos fenômenos. O autor possibilita a tomada dos fenômenos de maneira dialética ao considerar com a mesma ênfase aspectos objetivos e subjetivos do processo, apontar a base social destes mas não colocar em segundo plano os aspectos subjetivos:

Para tocar violino é necessário possuir certos hábitos, habilidades, conhecimento e talento, estar com a disposição de tocar e (como piada) ter um violino. Mas tocar violino não é nem o hábito, a habilidade, o conhecimento e assim por diante, nem a disposição ou (...) o próprio violino. (Geertz, 1989, p.9)

O autor propõe o uso da chamada descrição densa hermenêutica que consiste em mais do que uma simples descrição, pois visa, a partir de descrições de aspectos materiais, de costumes, de ritos e comportamentos propor uma interpretação e encontrar unidades de sentido, compreender as redes de sentido e valores que

circunscrevem e circunstanciam o que se descreve, situando-se assim como atividade essencialmente reflexiva e não somente descritiva.

Propõe a descrição densa a partir de sua compreensão do conceito de cultura, alicerce da antropologia, como “essencialmente semiótico”. Nas palavras dele, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (p.4). Além, o autor complementa, “A cultura, esse documento de atuação, é, portanto, pública, (...). Embora uma ideia, não existe na cabeça de alguém, embora não-física, não é uma identidade oculta (...) A cultura é pública porque seu significado o é” (pp.4-9).

A adoção da etnografia como metodologia de investigação atende com precisão às demandas de uma ciência que se situa no espaço “entre” o social e o individual, caso da psicologia social brasileira, como já dito anteriormente. Ciência que busca ainda entender como o subjetivo atua e pode influenciar no coletivo e vice-versa, como essa interação se dá, como é possível ao indivíduo oferecer frente ao coletivo e como mudanças individuais podem gerar mudanças sociais. Para tanto, deve entender as duas dimensões, individual e social, como complementares, relacionadas, interagindo simultaneamente e não priorizar a descrição e funcionamento de uma dimensão, pensando a outra apenas como pano de fundo.

O uso da etnografia possibilita a descrição e interpretação dos aspectos individuais e coletivos dos fenômenos e também dos aspectos objetivos e subjetivos que compõe tais fenômenos. Permite não negar ou negligenciar as particularidades individuais mas também compreendê-las em relação às situações econômicas, políticas, históricas e sociais que as circunstanciam.

Pode-se ainda afirmar que a consideração dos fenômenos do trabalho a partir dos valores e costumes da população estudada permite entender como os aspectos macroenômicos, históricos e políticos são apropriados e compreendidos pelas populações, levando à possibilidade de compreensão de como tais fenômenos podem

chegar a levar ao adoecimento dos trabalhadores.

Exatamente por partir da premissa de grande convivência com a população e imersão no fenômeno a ser estudado, e mesmo da necessidade de estabelecimento de vínculo de confiança com tal população, ao postular a interpretação como parte indissociável do estudo a etnografia coloca em pauta o papel e a presença do investigador em campo, a necessidade de problematizar a interferência produto da atuação dele em campo, o papel e importância da postura e permanência do investigador em campo para a construção dos dados. Tal estado de coisas vem de encontro a um dos questionamentos do qual o presente texto partiu: como garantir a fidedignidade em pesquisas realizadas em uma ciência que nasce e se consolida dentro de um cenário de engajamento político? Como garantir a confiabilidade e pertinência dos dados construídos?

A inclusão do olhar e da subjetividade do investigador como elemento fundamental e constitutivo dos resultados obtidos na pesquisa possibilita colocar por terra qualquer resquício de pretensa neutralidade dos estudos. A uma ciência que nasce e se constrói em meio aos movimentos sociais e em oposição aos regimes ditatoriais resta declarar claramente suas intencionalidades, manter a negação e a contradição como parte intrínseca da construção da teoria e assumir a necessidade de permanente sobre o papel da pesquisa e do pesquisador: afinal a quem nossas pesquisas servem?

Cabe ainda dizer que quando se estuda os fenômenos do trabalho depara-se imediatamente com a oposição capital X trabalho, tal constatação leva à necessidade de posicionamento, o silenciamento quanto a esta oposição, aos interesses que ela congrega e representa é em si um posicionamento, o pior possível e pode levar a imensos desserviços, chancelados e socialmente validados sob o crivo de ciência.

Há aqui ainda que se considerar as impossibilidades representadas pelo método no estudo dos fenômenos do trabalho e pode-se afirmar que uma de suas vantagens termina por ser também um de seus grandes problemas na atualidade. O fato é que o pressuposto de grande inserção em campo representa a necessidade de

um tempo demasiado longo em campo, o que tem sido bastante difícil, devido aos prazos apertados e rígidos ofertados pelas bolsas de estudo que viabilizam a execução das pesquisas.

Outro ponto importante é que a grande quantidade e a amplitude de dados gerados bem como a ampla gama de dimensões que são neles articulados e dimensionados requer experiência, habilidade e apropriação teórica do pesquisador para proceder à análise, o que pode representar uma importante barreira aos pesquisadores iniciantes.

Considerações Finais

Finalmente, após estas breves considerações, podemos retomar o questionamento inicial: Afinal, a que epistemologia responde a psicologia social do trabalho?

A resposta é : a nenhuma especificamente. Estando a psicologia social do trabalho situada em uma subárea do campo da Saúde do Trabalhador e dedicando-se a fenômenos multideterminados, parte de uma abordagem multidisciplinar, valendo-se de aportes teóricos diversos e assim devendo necessariamente manter-se em uma postura de permanente consideração e crítica sobre a possibilidade e viabilidade epistemológica de aproximação de tais referenciais. Não existe uma fórmula única ou mesmo segura para realizar tais aproximações, requer constante estudo e aprofundamento, o que não deixa de constituir uma interessante e profícua característica.

Bibliografia

BERNARDES, J. (2000). *História*. In.: JACQUES, M.G. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes.

BOCK, A. M. M. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia América Latina*. México, n.1. Fev.

FARR, R. M. (2001). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.

GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

JACQUES, M. D. G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 97-116.

LANE, S.T.M. e CODO, W. (1984). *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

PINA-CABRAL, J. (2003). Prefácio. In.: LIMA, M.A.P. de. *Grandes famílias, grandes empresas*. Lisboa: Dom Quixote.

SATO, L., e BERNARDO, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878.